

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL 1ªREVISÃO

# Volume III Tomo VII Relatório de Ponderação da Discussão Pública Adenda + aditamento

Versão Final

Texto em cor azul - corresponde à adenda

Texto em cor verde – corresponde ao aditamento à adenda (E53)

julho 2024



### Histórico do documento:

VERSÃO	DESCRIÇÃO	DATA
0	Versão inicial	Dezembro 2023

### Coordenação de Equipa:

CM de Belmonte Carlos Simões, Eng. Civil

Olga Gonçalves, Eng. Civil

Proengel, Lda Marta Falcão, Arquiteta urbanista

### Coordenação setorial (Proengel, Lda)

Sistema Urbano – Marta Falcão, Arquiteta urbanista

Sistema Patrimonial – Marta Falcão, Arquiteta urbanista

Sistema Socioeconómico - Ana Preto, Geógrafa

Sistema Biofísico - Ana Sofia Dias, Arquiteta Paisagista

Ambiente – Helena Nascimento, Engenheira do Ambiente

Infraestruturas territoriais e urbanas - Margarida Maceira, Engenheira Civil

Riscos – António Flor, Engenheiro Civil

Apoio jurídico – Andreia Almeida, Jurista



# ÍNDICE

1.	RELATÓRIO	4
2.	PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS	5
3.	ANÁLISE E PONDERAÇÃO	7
4.	PEÇAS DO PLANO ALTERADAS:	.13
Ane	ko I: AVISO DE ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA	.14
Ane	ko II: PUBLICITAÇÃO DO PERÍODO DE PLATAFORMA	.15
Ane	ko III: PUBLICITAÇÃO DO PERÍODO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL	.16
Ane	ko IV: PUBLICITAÇÃO DO PERÍODO NO SITE DO MUNICIPIO	.17
Ane	ko IV: APRESENTAÇÃO PÚBLICA	.18
Ane	ko V: PARTICIPACÕES RECEBIDAS	.21



### 1. RELATÓRIO

O presente relatório refere-se à Análise e Ponderação das participações recebidas em sede de Discussão Pública relativas à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte.

O Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, tornou público, de acordo com o n.º 1 do artigo 89.º e alínea a), n.º 4 do artigo 191.º em articulação com o artigo 119.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT) Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual, e dos n.º 1 e 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, que por seu despacho de 17/08/2023, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte e sujeita a mesma a um período de discussão pública.

O período de discussão pública teve início cinco dias após a publicação deste Aviso no Diário da República, 2.ª série e decorrerá durante 30 dias úteis para consulta pública, no âmbito do qual puderam ser apresentadas observações, sugestões, reclamações ou pedidos de esclarecimento.

### Aditamento:

É aditado ao presente documento a resposta dos pedidos de parece à CCDRC e da APA. I.P. relativo à participação ID 6, na razão da localização se inserir em espaço rústico e em Reserva Ecológica Nacional.

É aditado ao presente documento o parecer da CCDRC relativo à participação ID 6, na razão da localização se inserir em espaço rústico e em Reserva Ecológica Nacional, ofício com a referência UOT-DOT 508/2024

Volume I	Elementos constituintes do plano	
Regulamento		
	01.1 Planta de Ordenamento: classificação e qualificação do solo	
	01.2 Planta de Ordenamento: sistemas de salvaguarda	
	01.3 Planta de Ordenamento: infraestruturas territoriais e lineares	
Desenhos	02.1 Planta de Condicionantes: outras condicionantes	
	02.2 Planta de Condicionantes: defesa da floresta	
	02.3 Planta de Condicionantes: RAN e AH	
	02.4 Planta de Condicionantes: REN	
Volume II	Elementos que acompanham o plano	
Tomo I	Relatório Relatório de fundamentação dos perímetros	
Tomo II	Programa de execução e Plano de financiamento	
Tomo III	Relatório ambiental e resumo não técnico	
Desenhos	03.0 Planta de Enquadramento Regional	
Desennos	04.0 Planta de Situação Existente	



	05.0 Planta de riscos
Tomo IV	Relatório de Compromissos urbanísticos
Tomo V	Avaliação do PDM em Vigor
Tomo VI	Estudos de Caracterização
Volume III	Outros elementos que acompanham o plano
Tomo I	Mapa de Ruído e Carta educativa
Tomo II	Processo de delimitação da RAN
Tomo III	Processo de delimitação da REN
Tomo IV	Processo de exclusão da AH
Tomo V	Ficha de dados estatísticos
Tomo VI	Acompanhamento do plano – atas e respostas de pareceres da reunião plenária

Durante este período a proposta da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte, incluindo o respetivo relatório ambiental, o parecer final, a ata da comissão consultiva, os demais pareceres emitidos e os resultados da concertação, puderam ser consultados no site institucional do Município de Belmonte (www.cm-belmonte.pt) e nos seguintes locais:

Belmonte	Welcome Center Belmonte (Posto de Turismo) Biblioteca
Caria	Espaço do Cidadão
Inguias	Sede da Junta de Freguesia de Inguias
Maçainhas	Sede da Junta de Freguesia de Maçainhas

O período de discussão pública decorreu entre os dias 26 de outubro e 11 de dezembro de 2023. Durante esse período foram disponibilizados para consulta, todos os elementos que constituem e que acompanham o Plano.

Durante esse mesmo período, os interessados puderam fazer observações ou sugestões mediante a entrega de requerimento devidamente identificado, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, por correio ou através de correio eletrónico.

Uma vez finalizado o período de discussão Pública, a Câmara Municipal de Belmonte pondera o conteúdos das participações, no âmbito do presente relatório, e divulga os resultados da ponderação através da comunicação social e da sua página da internet (nº 6 do artigo 89º do RJIGT).

# 2. PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de discussão pública deram entrada 21 (vinte e uma) participações, que foram numeradas pela data de entrada. Todas as participações relacionam-se com a questão de classificação e qualificação do espaço.

ID	data	Requerente	Local	sugestão
1	03/11/2023	Paulo Jorge Vitoria Morais	Malha urbana	A malha urbana deve ser mais alargada, na sua opinião está-
				se a estrangular o concelho



ID	data	Requerente	Local	sugestão	
2	10/11/2023	Hugo Morão	Qta do Freixeiro, Qta do Rio, Qta do Pomar e Barrocal	Os locais identificados possuem sistemas de saneamento e fibra ótica, podem ter viabilidade económica comprometida pela remoção destas do PDM; seria importante acautelar infraestruturas - Lares	
3	23/11/2023	Ana Isabel Carvalho Vicente	Sítio do Vale - Belmonte	No anterior PDM'96 o prédio estava inserido em espaço urbanizável; neste PDM está inserido em espaço verde de recreio e lazer dentro do solo urbano, solicita-se uma faixa o 70 metros paralela à variante seja admitido a construção de moradia unifamiliar	
4	27/11/2023	Nuno Gonçalo Nunes Lopes de Andrade	Barrocal - Belmonte	Solicita que as duas parcelas de terreno resultante de destaque sejam incluídas na totalidade em solo urbano	
5	04/12/2023	Manuel Henriques Alves Leitão	Broco - Caria	Atendendo à servidão de 20 m ao eixo da EN 18-3, a profundidade em solo rural não permite a implantação de uma edificação. Solicita aumento de profundidade conforme indicado.	
6	04/12/2023	Pedro Daniel Saraiva Gregório	Belmonte	Possui aprovado o projeto de construção de moradia unifamiliar pelo processo n.º 1/2023. Propõe a inclusão parte do terreno em espaço urbano de modo a fechar a malha com a frente de rua.	
7	05/12/2023	António Lopes Gonçalves	Laginha – Colmeal da Torre	Solicita que a edificação seja integrada em aglomerado rural de modo a permitir a legalização da arrecadação	
8	04/12/2023	Leonor Sequeira Marques Santos	Tapada da Cruz – Belmonte Gare	Solicita que a parcela seja incluída em área de Edificação Dispersa, dado que confina com esta e não possui condicionalismos	
9	06/12/2023	Paulo Jorge Estrela Maria	Panasco - Monte do Bispo	Refere que teve a viabilização da Informação Prévia para o local, a qual já expirou, solicita desafetação da parcela abrangida pela nova classificação, de modo a viabilização a construção habitacional	
10	07/12/2023	Maria Delfina Jesus Henriques	Belmonte	No anterior PDM o prédio estava inserido em espaço urbanizável, na proposta está em espaço florestal misto, tendo a condicionante FGC - rede secundária. Solicita que seja possível a construção de moradia unifamiliar.	
11	11/12/2023	Carlos Miguel Tavares Bidarra	Gaia	A edificação identificada no anexo 1 seja integrada em solo urbano dado que a distância da edificação mais próxima fica a 110 metros e existe a zona 1 e 2 com 120 metros e 140 metros, respetivamente das edificação mais próxima.	
12	11/12/2023	Luís Filipe Antunes dos Reis	Monte do Bispo	Solicita que seja permitido a construção de um empreendimento turístico isolado	
13	11/12/2023	Resposta eficaz, Lda	Santo Antão - Belmonte	Alteração do uso do solo para urbano; qualificação com estatuto condizente de entre categorias do solo urbano; no limite, integrar o prédio UOPG 6 e ir até à capela de Santo Antão	
14	11/12/2023	António José Ferreira Gaiola	Santo Antão - Caria	Que o prédio seja todo integrado em Área de Edificação Dispersa, metade do prédio está em solo rústico - agrícola de produção	
15	11/12/2023	Fortunato Canhoto Construções	Caria	Înclusão total do terreno em solo urbano	
16	11/12/2023	Rui Manuel Fernandes Coelho	Cecília - Belmonte	Solicita desafetação da área de implantação da Reserva Ecológica Nacional alega que possui Alvará de Licença n.º 41, emitido em 12 de setembro de 1986	
17	11/12/2023	Ana Isabel Carvalho Vicente	Belmonte	Solicita que seja incluído em espaço habitacional 1 de modo a viabilizar um loteamento	
18	11/12/2023	2.5 Vinhos de Belmonte, Lda	Caria	Considerar o polígono em espaço de atividade económicas	
19	11/12/2023	Carina & Gonçalves	Caria	Teve aprovado em 2005 um loteamento pelo que não concorda que esteja integrado em espaço agrícola de produção	
20	11/12/2023	Junta de Freguesia de Caria	Caria	Que o prédio seja totalmente integrado em espaço habitacional do tipo 1	
21	11/12/2023	José Pinto	Caria	Viabilidade para construção moradia e um anexo	

Foram ainda detetados erros de edição no regulamento do plano sem impacto na estratégia do plano, pela equipa do plano, pelo que se apresenta também a sua correção, a saber:



- Correção dos erros de edição;
- Retirada dos parâmetros de estacionamento e cedência por passear a estar no âmbito do regulamento municipal.

Foi ainda necessário atualizar o relatório de compromissos, introduzindo alguns processos urbanísticos que deram entrada no período que decorreu entre a conferencia procedimental e a abertura da discussão pública.

# 3. ANÁLISE E PONDERAÇÃO

		_
ID	Análise	Resultado
1	A proposta de "malha urbana", que se traduz no sistema urbano apresentado na proposta de plano foi delimitada com base nos critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com os princípios do PNPOT, outros planos hierarquicamente superiores, condicionantes e estratégia municipal	Sem alteração - Pedido não aceite;
	A redução dos perímetros urbanos face à anteriores proposta decorre com princípios da Lei aplicável, na contenção das zonas urbanas.	
2	Os locais indicados não cumprem os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, de acordo com o levantamento do cadastro de infraestruturas do município não se encontram servidas nem parcialmente edificadas, pelo que não é possível inserir no sistema urbano	Sem alteração - Pedido não aceite;
3	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS). Não foi inserido em solo urbano estar no limite do parque urbano do Machorro, projeto municipal.	Alteração da Planta de ordenamento, planta de condicionantes REN, e
	Verificada a situação o limite do parque foi corrigido e por isso a pretensão tem acolhimento pelo município estando sujeita ainda a parecer da Comissão da REN	demais peças de acompanhamento aplicáveis.
	Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela, e planta de compromissos	
	No entanto e à semelhança do terreno contíguo a sul que se pediu a sua exclusão poderá ser ponderada a pretensão do requerente, uma vez que a variante se encontra infraestruturada e muito próxima do solo urbano.	



ID	Análise	Resultado
	Proposta da área a incluir em solo urbano de baixa densidade, sujeita a aprovação do pedido de exclusão da REN Aditamento  corresponde ao pedido de exclusão E57  Parecer APA, I.P. — Favorável  CCDRC - Parecer Favorável.	Favorável
4	As parcelas em causa encontram-se parte em solo urbano parte em solo rústico, sendo esta última parte abrangida pela REN.  Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela,  No entanto e uma vez que se trata de acerto de cadastro e já com um direito adquirido, as parcelas serão inseridas em solo urbano, na categoria de espaços urbanos de baixa densidade.  Aditamento  corresponde ao pedido de exclusão E52	Alteração da Planta de ordenamento, planta de condicionantes REN, e demais peças de acompanhamento aplicáveis.
	Parecer APA, I.P. – Favorável	
	CCDRC - Parecer Favorável.	
5	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).  Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela,  De facto, a frente com possibilidade, tem apenas 22m de profundidade relativamente à servidão da via imposta.	Alteração da Planta de ordenamento, planta de condicionantes REN, e demais peças de acompanhamento aplicáveis.



ID	Análise	Resultado
	A profundidade será aumentada para os 50m, não sendo possível abranger a parcela toda.  Proposta da área a incluir em solo urbano de baixa densidade, sujeita a aprovação do pedido de exclusão da REN	
	Aditamento	
	corresponde ao pedido de exclusão E55 Parecer APA, I.P. – Favorável CCDRC - Parecer Favorável.	Favorável
6	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS), e ainda abrangida pelas faixas de gestão de combustível e servidão rodoviária  Insere-se numa área que não está edificada, e para o qual não se apresenta intenção de contiguidade urbana para sul.  Uma vez que tem já um projeto de arquitetura aprovado anterior ao início da discussão publica, a pretensão tem acolhimento na planta de ordenamento. Apenas será incluída a área da casa a edificar.  Esta decisão está ainda sujeita da Comissão da REN.  Proposta da área a incluir em solo urbano de baixa densidade, sujeita a aprovação do pedido de exclusão da REN	Alteração da Planta de ordenamento, planta de condicionantes REN, e demais peças de acompanhamento aplicáveis.
	Aditamento  Parecer da CCDRC – corresponde ao pedido de exclusão E53 - Parecer Desfavorável, com o fundamento que a proposta de exclusão insere-se em solo rústico – espaço agrícola e encontra-se , quase na sua totalidade, inserida em REN, de acordo com a Carta de delimitação da REN em vigor;	Pedido não aceite
	Parecer APA, I.P corresponde ao pedido de exclusão E53 - Parecer Favorável.  Aditamento na sequência do ofício da CCDRC com a referência UOT-DOT 508/2024	



ID	Análise	Resultado
	Parecer da CCDRC – o projeto de arquitetura é ato não nulo, a CCDRC acolheu os fundamentos apresentados ao ato não nulo, aceita a posição assumida pela edilidade no que respeita à aprovação da operação urbanística por inexistência de condicionalismos à REN em vigor.	Pedido aceite
	CCDRC – emite parecer favorável à exclusão da REN E53 e alteração da classificação para Solo Urbano – Espaço Urbano de Baixa Densidade	
7	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS),	Sem alteração - Pedido não aceite;
	Insere-se numa área que não está edificada, e para o qual não se apresenta intenção de contiguidade urbana.	
	Não se identificou nenhuma edificação no ortofoto nem na cartografia.	
	Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela,	
	O armazém se for de apoio às atividades compatíveis com solo rustico poderá ter condições para legalização no que se refere ao uso.	
8	O local em causa está parcialmente inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	Alteração da Planta de ordenamento e demais
	Possui infraestruturas. Admite-se somente a área não integrada em REN.	peças de acompanhamento aplicáveis.
	Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela,	
9	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	Sem alteração - Pedido não aceite;
	Não se encontra infraestruturado nem edificado. Não cumpre os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.	
10	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	Sem alteração - Pedido não aceite;
	Não se encontra infraestruturado nem edificado. Não cumprem os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto	
11	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	Sem alteração - Pedido não aceite;
	Edificação isolada, a mais de 50m de distância.	
	A edificação, se devidamente legalizada, é considerada uma preexistência à luz do artigo respetivo no regulamento do PDM.	



ID	Análise	Resultado
	Dependente da Comunicação prévia ao abrigo do RJREN	
12	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS)., e ainda abrangido parcialmente pela tipologia de cursos de água, leitos e margens	Sem alteração - Pedido não aceite;
	É compatível com classificação de espaço florestal de produção, desde que cumpra o regime jurídico da REN, sendo os ETIs um uso sujeito a comunicação prévia quando inserido em AEREHS.	
	Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela.	
13	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS)., e ainda abrangido parcialmente pela tipologia de cursos de água, leitos e margens.	Sem alteração - Pedido não aceite;
	Os locais indicados não cumprem os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, de acordo com o levantamento do cadastro de infraestruturas do Município não se encontram servidas nem parcialmente edificadas, pelo que não é possível inserir no sistema urbano	
	Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela.	
14	A delimitação de AED proposta foi delimitada com base nos critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com os princípios do PNPOT, outros planos hierarquicamente superiores, condicionantes e estratégia municipal.	Sem alteração - Pedido não aceite;
	Parte do prédio em questão é elegível para esta qualificação, a restante não é, pelo que não é possível integrar.	
15	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	Alteração da Planta de ordenamento, planta de condicionantes REN, e
	De facto, a frente com possibilidade, tem apenas 22m de profundidade relativamente à servidão da via imposta.	demais peças de acompanhamento
	A profundidade será aumentada para os 50m, não sendo possível abranger a parcela toda.	aplicáveis.
	Aditamento	
	corresponde ao pedido de exclusão E55	Favorável
	Parecer APA, I.P. – Favorável	



ID	Análise	Resultado
	CCDRC - Parecer Favorável.	
16	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	Sem alteração - Pedido não aceite;
	A edificação, se devidamente legalizada, é considerada uma preexistência à luz do artigo respetivo no regulamento do PDM.	
	Dependente da Comunicação Prévia ao abrigo do RJREN.	
17	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS), no que respeita à área em solo rustico.	Alteração da Planta de ordenamento, planta de condicionantes REN, e demais peças de
	A área em questão foi proposta para solo urbano na primeira versão do plano, não ter tido aceitação pelas entidades. Apenas foi aceite a frente urbana para a via, que foi excluída da área de REN	acompanhamento aplicáveis.
	No entanto esta frente urbana será aumentada a profundidade para os 50 metros úteis.	
	Proposta da área a incluir em solo urbano de baixa densidade, sujeita a aprovação do pedido de exclusão da REN	
	Aditamento	
	corresponde ao pedido de exclusão E54	Favorável
	Parecer APA, I.P. – Favorável	
	CCDRC - Parecer Favorável.	
18	O local em causa está inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	Sem alteração - Pedido não aceite;
	Os locais indicados não cumprem os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, de acordo com o levantamento do cadastro de infraestruturas do município não se encontram servidas nem parcialmente edificadas, pelo que não é possível inserir em solo urbano. Espaço de atividades económicas.	
	Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela.	



ID	Análise	Resultado
19	O local em causa está parcialmente inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	Sem alteração - Pedido não aceite;
	A parte que cumpre os critérios para ser solo urbano já está assim contemplada.	
	Informa-se que a aprovação que o requerente refere não corresponde aprovação de um loteamento, mas sim de um pedido de informação prévia (conforme documentação apresentada), sendo de 2005 está caducado, pois tinha a validade de um ano.	
	Extratos da planta de condicionantes e de ordenamento com o limite da parcela.	
20	A classificação proposta vem de um compromisso, correspondente a um loteamento urbano, parcialmente executado.	Alteração da Planta de ordenamento, planta de
	A qualificação passa todo a EH1.	condicionantes REN, e demais peças de acompanhamento aplicáveis.
21	A área em causa não se encontra infraestruturada nem edificado. Não cumpre os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.	Sem alteração - Pedido não aceite;
	O local em causa está residualmente inserindo na REN – na tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS).	
	A construção de uma moradia é possível, sendo que em espaço agrícola de produção, a viabilidade construção está condicionada ao artigo 44.º e a comunicação prévia no âmbito RJREN	

# 4. PEÇAS DO PLANO ALTERADAS:

Planta de ordenamento: Classificação e qualificação do solo

Planta de condicionantes: REN

Processo da REN

Relatório de fundamentação

Regulamento



### Anexo I: AVISO DE ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA



### EDITAL-N.º 75/2023

DR. ANTÓNIO PINTO DIAS ROCHA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE BELMONTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 56.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TORNA PUBLICO:

Nos termos e para os efeitos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião pública de 17 de agosto de 2023, que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Belmonte se encontra em discussão pública, por um período de 30 dias úteis, de 26 de outubro a 11 de dezembro de 2023.

Durante o período de discussão pública, qualquer interessado poderá apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, em formato de papel ou digital, em documento devidamente identificado, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Belmonte para o endereço eletrónico ou, ainda, através do portal digital para a discussão pública do PDM em <a href="https://cm-belmonte.pt/">https://cm-belmonte.pt/</a>.

Os interessados dispõem dos seguintes locais para consulta digital:

Belmonte	Welcome Center Belmonte (Posto de Turismo) Biblioteca	
Caria	Espaço do Cidadão	
Inguias	Sede da Junta de Freguesia de Inguias	
Maçainhas	Sede da Junta de Freguesia de Maçainhas	

Serão ainda realizadas sessões públicas de apresentação do Plano Diretor Municipal nos seguintes dias e locais:

Belmonte	Dia 3 de Novembro
Colmeal da Torre	18h às 19h30
	Local: Sede da Junta de Freguesia de Belmonte
Caria	Dia 3 de Novembro
	21h às 22h30
	Local: Auditório da Casa da Torre em Caria
Inguias	Dia 4 de Novembro
	10H30 ao 12h00
	Local: Junta de Freguesia de Inguias
Maçainhas	Dia 4 de Novembro
,	15h00 às 16h30
	Local: Junta de Freguesia de Macainhas

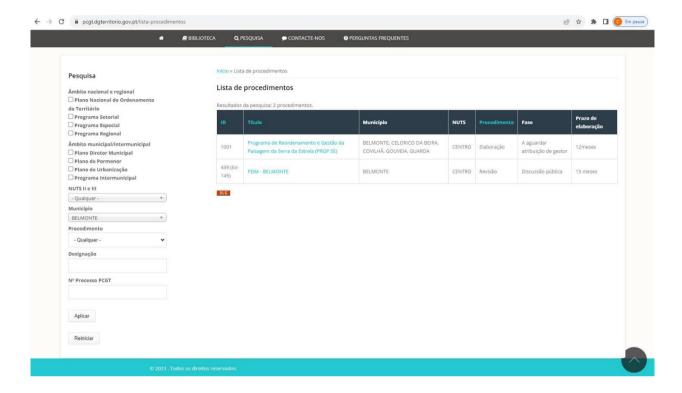
O Presidente da Câmara Municipal.

Autim Rub Din Avel (Dt. António Pinto Dias Rocha)

Página 1 de 1



# Anexo II: PUBLICITAÇÃO DO PERÍODO DE PLATAFORMA





### Anexo III: PUBLICITAÇÃO DO PERÍODO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

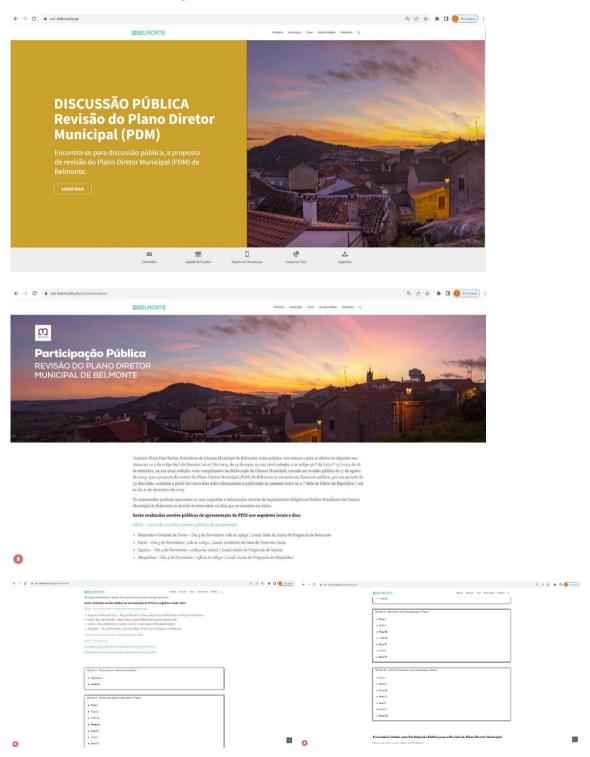








# Anexo IV: PUBLICITAÇÃO DO PERÍODO NO SITE DO MUNICIPIO





# Anexo IV: APRESENTAÇÃO PÚBLICA



Caminhar é mais do que conectar um ponto a outro, é ver, conhecer e sentir-se pertencente ao espaço.

Ines Duarte Barros

### 1ªRevisão do PDM de Belmonte

Obrigado pela vossa presença.





29



# Belmonte:



# Caria





# Inguias



# Maçainhas





# Anexo V: PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS